
LATAM

Como usar

LATAM: incorpora a documentação legal para a América Latina, Espanha e Portugal.

Reunindo a experiência de mais de 15 anos a Editorial Tirant desenvolveu um banco de dados de recursos legais para a América Latina, Espanha e Portugal.

Com uma interface intuitiva de buscas, si incorporada legislação, jurisprudência, diários, cartas, formulários e doutrina prática com uma correspondência de emprego e de vinculação de documentos para facilitar a otimização de tempo e recursos para a pesquisa acadêmica, instituições governamentais e privadas em todo o mundo, bem como para o advogado particular ou cualquier profissional legal.

LATAM oferece os melhores motores de busca para encontrar todas as informações necessárias para o operador jurídico através de motores inteligente para o usuario e também vários motores de ferramentas de trabalho.

Ir para LATAM

Para começar, digite no seu navegador a seguinte URL:

<http://latam.tirantonline.com>

A URL leva você até o nosso site de bem-vinda onde os últimos documentos publicados nas bases de dados, os livros mais recentes adicionados à biblioteca virtual, onde existe a possibilidade de registrar-se e inscrever-se ao boletim informativo de forma gratuita.

A interface está disponível em español, Português e Inglês.

Página inicial

Rodapé


Colocamos á sua disposição uma barra de rodapé que lhe permite aceder a qualquer dos nossos serviços disponíveis na Web

Rodapé

- Desenvolvido por Tiran lo Blanch
- Notícias RSS
- Contato
- ajuda
- Perguntas Frequentes
- Aviso Legal
- Procedimento de reclamações
- A nossa garantia

1. ACCESO

A LATAM si entra por meio da área privada. Para acessar, é essencial que Introduza os seus dados de usuário e senha, estos, serão fornecidos de forma personalizada, posteriormente pela editora. Existem outros sistemas como o Ticket provider controle de IPs, todos são sistemas de acesso restrito a partir de sites específicos para determinados grupos.



Acesso do usuário

usuário:

senha:

Introducción de datos de acceso

○ acesso do usuário
USUARIO
SENHA
entrar

Importante: Se você se registrar ou você esqueceu seu nome de usuário ou senha, por favor entre em contato conosco pelo telefone de Atendimento ao Cliente **+34 902 121 255**

Tel: +52 1 (55) 65502317 Ou por e-mail **atencion.latam@tirantonline.com**

Uma vez que você digitou o nome de usuário e senha vai acessar a home interna.

A home da LATAM mostra a facilidade de acesso à informação, porque a primeira tela apresenta um motor de busca que faz pesquisa geral sobre todos os documentos e todos os países, também mostra a área de serviço, área exclusiva que oferece documentação e ferramentas úteis.

2. MOTOR DE BUSCA GERAL

Simple, poderoso e inteligente

○ O motor de busca permite pesquisar todos os países e todas as ofertas de conteúdos em seção multi itens.

Pesquise oem todo o banco de dados

Que tenha a expressão

Com todas as palavras Com a frase exata Usando operadores lógicos proximidade Com algumas das palavras Referência

país

Argentina	Bolívia	Brasil	Chile
Colômbia	Costa Rica	El Salvador	Equador
Espanha	Guatemala	Honduras	Jamaica
México	Nicarágua	Panamá	Paraguai
Peru	Portugal	Rep. Dominicana	Trd. e Tobago
Uruguai	Venezuela		

Tipo de documento

jurisprudência	legislação
doutrina	formulário
bibliografia	consultas
esquemas	jornal oficial

Seleção por país e conteúdo

O motor de busca geral oferece diferentes opções de busca:

•Com todas as palavras

Este é um tipo de pesquisa que o nosso programa inicia por padrão . Esta busca permite localizar documentos

Inclue todos os termos do pedido, para fazer mais curta a pesquisa, em caso de que se quiera incluir mais termos.

Nota: É importante considerar que a pesquisa ignora palavras e caracteres usuales como "onde" , "como" , "onde" , " as / os / as / os / as" e alguns dígitos e caracteres especiais

•Com a frase exata

Este tipo de pesquisa encontra apenas os resultados que correspondem exatamente às condições especificadas, é um tipo de pesquisa ideal se você quiser palavras específicas e expressões complexas, mais se de inmediato quer resultados concretos

•Com operadores lógicos E / OU / NÃO

A pesquisa oferece realizar uma procura que permita adicionar , excluir termos ou sinônimos para a nossa pesquisa.

•Com qualquer uma das palavras

Esta pesquisa identifica os resultados que contêm um dos termos especificados, ou seja, excluindo a frase exata encontrado várias ligações.

•Proximidade

Esta busca permite encontrar semelhanças com os critérios ou termos que você especificar

na barra do localizador.

•Número de Referência

Esta pesquisa é útil para localizar documentos específicos , como através de um sistema de classificação implementado por Editorial Tirant através de números de referência, é possível localizar o documento exato , por exemplo: LTM2.101.014

3. CONTEÚDO

Latam é um agregador de conteúdo jurídico meticulosamente selecionado. inclui:

I. Lei Aplicável e controle consolidado ou vigencias

Si fornece a legislação completa, ou as mais importantes de cada país, indicando seu estado de validade e em muitos casos completamente consolidadas

Selecionando o país se ativa os filtros especiais que localizam mais rápido a norma desejada

The screenshot displays the search interface of the Latam legal database. At the top, there is a search bar with the text "Que tenga a expresión" and a search button labeled "pesquisar". Below the search bar, there are several filter options: "Com todas as palavras", "Com a frase exata", "Usando operadores lógicos", "proximidade", "Com algumas das palavras", and "Referência". There are also buttons for "Y", "O", and "WO". Below the filters, there is a section for "Resultados da pesquisa" showing 872.880 Documents encontrados. The results are listed in a table with columns for "Pais", "Fecha", "Fecha Pub.", and "Boletín". The results include:

- * Real Decreto Legislativo 2/2015, de 23 de octubre, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley del Estatuto de los Trabajadores. Pais: España | Fecha: 23/10/2015 | Fecha Pub.: 24/10/2015 | Boletín: n° 255
- * Ley 13/2005, de 27 de diciembre, del régimen de incompatibilidades de los altos cargos al servicio de la Generalidad Pais: España | Fecha: 27/12/2005 | Fecha Pub.: 02/01/2006 | Boletín: n° 4542
- * Ley 13/2001, de 28 de diciembre, de Presupuestos Generales para 2002 Pais: España | Fecha: 28/12/2001 | Fecha Pub.: 31/12/2001 | Boletín: n° 301
- * Ley 9/2003 de 22 de diciembre, de presupuestos generales de la comunidad autónoma de las Illes Balears para el año 2004 Pais: España | Fecha: 22/12/2003 | Fecha Pub.: 29/12/2003 | Boletín: n° 179
- * Ley 22/2003, de 30 de diciembre, de Presupuestos Generales de la Comunidad Autónoma de Canarias para 2004. Pais: España | Fecha: 30/12/2003 | Fecha Pub.: 31/12/2003 | Boletín: n° 254

Legislação

II. Jurisprudencia dos tribunais e outros órgãos administrativos.

Em LATAM você pode encontrar todos os tipos de resoluções judiciais e administrativas.

Seleciona-se um país e si ativam filtros especiais para cada um dos documentos que permitem reduzir os resultados, também se activa a função de busca por intervalos e datas

Jurisprudência
(6.462.122)

Filtrar por:

resultados para país

- Argentina (91.186)
- Bolivia (34.416)
- Brasil (2.015.356)
- Chile (173.222)
- Colômbia (366.934)

ver todos ▾

Que tenha a expressão

Com todas as palavras Com a frase exata Usando operadores lógicos Y O MO

proximidade Com algumas das palavras Referência

Em todo o texto Títulos

pesquisar modificar búsqueda

Resultados da pesquisa *Salvar / alerta pesquisa imprimir lista 6.462.122 Documentos encontrados

Ir para página: 1 2 3 ... 258485 siguiente >

Compraventa, Compraventa mercantil, Caducidad, Dolo, Error de derecho... - Tribunal Supremo - Sección Primera - Jurisdicción: Civil - 1 - Ponente: CELESTINO VALLEDOR Y SUAREZ OTERO
TOL4.454.368 | País: España | Voces: Compraventa, Compraventa mercantil, Caducidad, Dolo, Error de derecho... | Origen: Tribunal Supremo | Fecha: 03/05/1947 | Fallo: Desestima

veja as vozes veja as classificações

Contrato de arrendamiento de servicios, Obligaciones de hacer, Documento privado, Estipulaciones a favor de terceros, Intención de los contratantes... - Tribunal Supremo - Sección Primera - Jurisdicción: Civil - 1 - Ponente: SATURNINO LOPEZ PECEs
TOL4.454.367 | País: España | Voces: Contrato de arrendamiento de servicios, Obligaciones de hacer, Documento privado, Estipulaciones a favor de terceros, Intención de los contratantes... | Origen: Tribunal Supremo | Fecha: 20/03/1947 | Fallo: Estima

veja as vozes

Compraventa, Mandatario, Acción personal - Tribunal Supremo - Sección Primera - Jurisdicción: Civil - 1 - Ponente: SALVADOR MINGUIJON ADRIAN
TOL4.454.366 | País: España | Voces: Compraventa, Mandatario, Acción personal | Origen: Tribunal Supremo | Fecha: 28/10/1947

veja as vozes

Jurisprudência

III. Jornais oficiais

Uma grande ferramenta de nosso banco de dados é a sistematização dos jornais oficiais de cada país com filtros de data.

Jornal oficial
(746.410)

Filtrar por:

resultados para país

Espanha (746.410)

resultados para departamento

- Ministerio de economía y hacienda (52.920)
- Ministerio de industria y energia (45.903)
- Ministerio de justicia (44.230)
- Ministerio de educación y ciencia (42.981)
- Comunidades europeas (37.919)

ver todos ▾

resultados para intervalo.

- Orden (38.099)
- Resolución (35.915)
- Reglamento (34.482)
- Decisión (19.291)
- Real decreto (16.550)

ver todos ▾

Que tenha a expressão

Com todas as palavras Com a frase exata Usando operadores lógicos Y O MO

proximidade Com algumas das palavras Referência

Em todo o texto Títulos

datas / (dd / mm / aaaa)

pesquisar modificar búsqueda

Você está procurando país: **Espanha**

Resultados da pesquisa *Salvar / alerta pesquisa imprimir lista 746.410 Documentos encontrados

Ordenar por: relevância

Ir para página: 1 2 3 ... 29857 siguiente >

Real decreto 1082/2003, de 1 de agosto, por el que se concede la medalla al mérito turístico, en su categoría de oro, a don José María Rosell Saurina.
País: España | N.Boletín: 184/2003 | Departamento: Ministerio de economía | Fecha Disposición: 01/01/2003

Resolución de 14 de marzo de 2003, de la secretaria de estado de educación y universidades, por la que se corrigen errores de la de 28 de noviembre de 2002, por la que se hace pública la relación de becas concedidas dentro del programa español de ayudas para la movilidad de estudiantes "séneca", convocadas por orden ecd/1117/2002, de 25 de abril.
País: España | N.Boletín: 79/2003 | Departamento: Ministerio de educación, cultura y deporte | Fecha Disposición: 01/01/2003

Jornal oficial

IV. Doutrina

Documentos doutrinários de interesse prático. Acesse nossa doutrina prática. Nesta seção você vai encontrar artigos jurídicos, resumos técnicos, estudos de caso sobre temas atuais e específicos.

The screenshot displays the 'Doctrina práctica' search interface. At the top, a red header bar contains the text 'Doctrina práctica (111)'. Below this, the interface is divided into several sections:

- Filtrar por:** A sidebar on the left with three filter categories:
 - Resultados por Ámbito:** Común (52), Constitucional (30), Derechos Humanos (21), Penal (12), Civil (12). A 'ver todos' link is present.
 - Resultados por Tipo:** Libro completo (70), Revista (39), Resumen Técnico (2).
 - Resultados por Año:** 2015 (60), 2014 (47), 2013 (3), 2012 (1).
 - Resultados por autores:** Rodolfo L. Vigo (22), Director Julio César Vázquez-Mellado García (17), Laura Guadalupe Zaragoza Contreras (13), Ramón Ortega García (13), Edgar S. Caballero González (11). A 'ver todos' link is present.
 - Resultados por País:** México (111).
- Search Bar:** A central search area with a text input field, a 'Que contenga la expresión' label, and radio button options for search criteria: 'Con todas las palabras' (selected), 'Con la frase exacta', 'Usar operadores lógicos' (with Y, O, AND buttons), 'Proximidad', 'Con algunas de las palabras', and 'Número de referencia'. Below these are options for 'En todos los textos' (selected) and 'En los títulos'. 'volver' and 'buscar' buttons are at the bottom right.
- Search Results:** A section titled 'Resultados de la búsqueda' showing '111 Documentos encontrados'. It includes a pagination control 'Ir a la página: 1 2 3 ... 5 siguiente >'. Three results are visible:
 - Agenda Concursal:** Luis Manuel C. Méjan (Comp.), Fecha: 2014.
 - La política de seguridad y defensa de la Unión Europea. Las misiones en el exterior. Su papel como garante de la paz, los derechos humanos y el Estado de Derecho:** Ainhoa Uribe Otalora, Fecha: 2014.
 - El futuro de las políticas sociales desde el nacimiento hasta la senectud. La mujer como protagonista:** Mª Fernanda Moretón Sanz, María Crespo Garrido, Fecha: 2015.

Doutrina

V. Formulários, modelos e protocolos

Conjunto completo de formulários em todos os ramos do direito. Todas as formas que oferecemos tem um editor de texto e características especiais na personalização como um bloco de notas, agenda pessoal e a capacidade de anexar documentos.

VI. Esquemas processuais e substantivos

Representação Gráfica e simples do sistema jurídico através de esquemas. Como parte das vantagens adicionais que mostra nossa base de dados, em esta seção, poderia encontrar documentação relacionadas, tal como legislação e formulários relevantes.

Documentação relacionada No hay información disponible

documentos citados +

Documentos que me citam +

documentos similares +

Outros usuários consultados +

Clasificación

MEUS DOCUMENTOS

título: Principios constitucionales

Esquemas > Derecho Constitucional. 4ª Edición. 2015 > El Gobierno y la Administración > La Administración

5546824 1 / 1

Esquemas de Derecho Constitucional © tirantonline.com

11.6. LA ADMINISTRACIÓN

ESQUEMA 11.6.1. Principios constitucionales

Organización	<ul style="list-style-type: none">> Los órganos de la Administración del Estado son creados, regidos y coordinados de acuerdo con la Ley (art. 103.2 CE; arts. 8.2 y 10 Ley 6/1997).> Principios previstos en el art. 103.1 CE y desarrollados en el art. 3.1. Ley 6/1997:<ul style="list-style-type: none">✓ Jerarquía.✓ Descentralización.✓ Desconcentración.
Funcionamiento	<ul style="list-style-type: none">> Legalidad: la Administración actúa "con sometimiento pleno a la ley y al Derecho" (art. 103.1 CE); los Tribunales controlan la potestad reglamentaria y la legalidad de la actuación administrativa, así como el sometimiento de ésta a los fines que la justifican (art. 106.1 CE).> Previstos en el artículo 103.1 CE y desarrollados en art. 3.2 Ley 6/1997:<ul style="list-style-type: none">✓ Objetividad (la Administración Pública sirve con objetividad los intereses generales).✓ Eficacia.✓ Coordinación.> Responsabilidad por la gestión pública: los particulares, en los términos establecidos por la ley, tendrán derecho a ser indemnizados por toda lesión que sufran en cualquiera de sus bienes y derechos, salvo en los casos de fuerza mayor, siempre que la lesión sea consecuencia del funcionamiento de los servicios públicos (art. 106.2 CE). Desarrollo legislativo: arts. 139-146 de la Ley 30/1992.> Participación de los ciudadanos:<ul style="list-style-type: none">✓ La ley regulará la audiencia de los interesados, directamente o a través de organizaciones y asociaciones, en el procedimiento de elaboración de las disposiciones administrativas que les afecten (art. 105.a CE); desarrollado en art. 24.1 Ley 50/1997 y art. 86 Ley 30/1992.✓ La ley regulará el procedimiento a través del cual deben producirse los actos administrativos, garantizando, cuando proceda, la audiencia del interesado (art. 105.c CE); desarrollado en art. 84. Ley 30/1992.> Transparencia: la ley regulará el acceso de los ciudadanos a los archivos y registros administrativos salvo en lo que afecte a la seguridad y defensa del Estado, la averiguación de los delitos y la intimidad de las personas (art. 105.b CE); desarrollado en Ley 19/2013, de 9 de diciembre, de Transparencia, Acceso a la Información Pública y Buen Gobierno (ToI 4029419).

Esquemas

VII. Bibliografía

Com esta ferramenta você pode ter a descrição bibliográfica de livros jurídicos, publicados por todo o mercado editorial, bem como artigos em revistas importantes.

4. ÁREA DE SERVIÇO

LATAM tem se preocupado em ter uma área exclusiva para serviços, que oferece utilitários adicionais para seus usuários com acesso a uma biblioteca online autêntica, banco de dados e outras ferramentas de interesse.

I. Biblioteca Virtual e Revistas Tirant

A Biblioteca Virtual fornece ferramentas de pesquisa sobre o Fundo Editorial de Tirant desde 2005, utilizando também acordos de colaboração, inclui recursos de outras editoras.

Você pode pesquisar por título, conteúdo, autores, coleções e materiais. Permite a criação de contas personalizadas para leitura.

Tabla contenidos

- Tema 1. Los principios informadores del Derecho
- Tema 2. La teoría jurídica del delito
- Tema 3. La tipicidad
- Tema 4. El dolo
- Tema 5. El dolo imprudente
- Tema 6. El dolo de omisión
- Tema 7. Antijuricidad
- Tema 8. La culpabilidad**
- Tema 9. La teoría del error
- Tema 10. La punibilidad
- Tema 11. Circunstancias atenuantes
- Tema 12. Las circunstancias agravantes
- Tema 13. Tentativa
- Tema 14. Autoría y participación
- Tema 15. Las personas jurídicas
- Tema 16. Teoría del concurso
- Tema 17. La pena: concepto, fundamento y fin
- Tema 18. La pena de multa. Las penas privativas de libertad
- Tema 19. Las consecuencias accesorias: el derecho de gracia
- Tema 20. La suspensión de la pena
- Tema 21. La individualización de la pena
- Tema 22. Las medidas de seguridad
- Tema 23. La responsabilidad civil
- Tema 24. Extinción de la responsabilidad criminal
- Tema 25. El derecho penitenciario

La culpabilidad 8 /

8 / Derecho Penal. Parte General Jacobo López Barja de Quiroga

Para esta concepción a la culpabilidad sólo le pertenece aquello que exprese o se refiera a la indicada relación, esto es, únicamente el dolo o la culpa. Todo lo demás queda fuera de la culpabilidad. Por ello, la imputabilidad es considerada como algo previo a la culpabilidad; también quedan fuera de la culpabilidad tanto las causas que excluyen la imputabilidad como las que excluyen la culpabilidad. La razón se encuentra en que tales cuestiones no se refieren a la indicada relación psicológica entre el autor y su hecho. En definitiva, la culpabilidad se concreta únicamente en el contenido de sus dos especies, el dolo y la culpa.

b) La teoría normativa de la culpabilidad

La normativización del concepto de la culpabilidad no fue inmediata, sino que por el contrario fue haciéndose poco a poco a lo largo del tiempo y con aportes y avances de diversos autores. La concepción normativa se inicia en 1907 por Frank y va desarrollándose principalmente, a través del mismo y de las aportaciones en 1913 y 1930 de Goldschmidt y de Freudenthal en 1922.

Frank comenzó por rechazar la concepción psicológica de la culpabilidad, añadiéndole elementos normativos y calificando a la culpabilidad como "reprochabilidad". Como elementos de la culpabilidad, Frank consideraba a la imputabilidad (que por lo tanto para este autor era un elemento de la culpabilidad y no un presupuesto de ella), el dolo y la culpa y, además, para la reprochabilidad de la acción estimaba que era preciso tomar en cuenta las "circunstancias concomitantes", que son las que indicarán la situación en la que la persona actúa. Estas "circunstancias concomitantes" pueden excluir la culpabilidad.

Posteriormente, Frank en su famoso *Comentario al Código penal* cambia las "circunstancias concomitantes" por la "motivación normal"; más tarde abandona la idea de la "motivación normal", pero admite la exclusión de la culpabilidad cuando concurre una causa de exclusión de la culpabilidad.

Goldschmidt, introduciendo la necesaria referencia a la norma, da un paso importante en la normativización del concepto de culpabilidad. Para ello, distingue entre la norma de derecho (norma de motivación) y la norma de deber.

Partiendo de la distinción entre norma de derecho y norma de deber, Goldschmidt hace entrar en aplicación a la norma de deber para introducir la normativización en el concepto de culpabilidad. Cuando a la persona se le puede exigir que se hubiera motivado por la representación del deber y no lo hizo, es reprochable. De manera que a la persona se le puede reprochar su conducta cuando se le puede exigir que se hubiera motivado por la norma de deber y no lo hizo. En otras palabras, como dice Goldschmidt, la reprochabilidad "consiste en la reprochable no motivación de la voluntad por la representación del deber".

Por consiguiente, la culpabilidad se presenta como un juicio de reproche por haber obrado de forma contraria a la norma de deber. Así pues, la norma de derecho será la que se utilice a efectos de la tipicidad y la antijuricidad, mientras que la norma de deber será la que nos aporte, conforme a la exigibilidad, si la conducta es o no reprochable. De forma clara aparece, por tanto, la normativización del concepto, pues, la culpabilidad surgirá (además de exigir como presupuesto la imputabilidad y como especies el dolo y la culpa) del juicio de reproche que se hace a la conducta y, para el cual, se toma en consideración la norma de deber y la motivación. Por ello, cuando a la persona se le puede exigir que se hubiera motivado por la norma de deber, tal persona es reprochable, pero si, por el contrario, no se le pudiera exigir dicha motivación, no habría reprochabilidad y, por consiguiente, no habría culpabilidad. La culpabilidad es reprochabilidad cuando era exigible. La culpabilidad es el resultado del juicio de reproche entre la norma de deber y la exigibilidad de la motivación. Por ello, "la gravedad de la culpabilidad depende también de la medida de la libertad".

Para Goldschmidt la culpabilidad es graduable, pues, "la gravedad de la culpabilidad se determina según el grado en que la motivación no corresponde a la exigibilidad".

Así pues, Goldschmidt introduce en la culpabilidad, además del dolo y la culpa que son de carácter psíquico, un elemento normativo, que es la exigibilidad. De manera que cuando no era exigible que la persona se motivara conforme a la representación del deber, quedará excluida la culpabilidad.

En definitiva, cabe decir que la concepción psicológica consideró en la culpabilidad, como especies distintas, el dolo y la culpa; siendo la imputabilidad, en términos generales, considerada como un presupuesto de la culpabilidad. La concepción normativa considera que la culpabilidad está integrada por los siguientes elementos: la imputabilidad, el dolo, la culpa, la exigibilidad de la conducta adecuada a la norma y las causas (o su ausencia) de exclusión de la culpabilidad.

La discusión sobre si la imputabilidad es un elemento o un presupuesto de la culpabilidad tiene como proyección la cuestión de las acciones realizadas por los inimputables, esto es, si tales acciones son o no culpables; dicho de otra manera, si en las acciones de un inimputable lo que se excluye es la culpabilidad.

Así pues, la culpabilidad es un juicio de reproche que se hace al autor del hecho por no haberse comportado con arreglo a la norma (norma de deber), cuando era exigible que se hubiera motivado por ella; dicho de otra forma, cuando dadas las circunstancias debió motivarse por la norma y obrar de forma distinta.

Este planteamiento implica que en la culpabilidad se realiza un juicio respecto de las razones y circunstancias, etc. y para ello se compara la conducta realizada en las circunstancias concretas con lo que imponía la norma de deber en dichas circunstancias. Se trata, pues, de un juicio de reproche sobre la motivación.

c) La culpabilidad para la doctrina finalista

El finalismo llevó el normativismo más adelante (de ahí que se la denomine concepción puramente normativa de la culpabilidad); pues, al trasladar el dolo y la culpa al tipo, estas categorías de orden psicológico fueron extraídas de la culpabilidad, quedando, por consiguiente, integrada la culpabilidad por la imputabilidad (como un elemento, no como un presupuesto), la conciencia de la antijuricidad y la exigibilidad. El juicio de reproche en que consiste la culpabilidad se concreta en no haber obrado

Páginas: 123 / 423

Biblioteca virtual

A Biblioteca Virtual tem a grande vantagem de crescer no período da subscrição, e torna a leitura on-line e a leitura em papel muito mais agradável, pode ler livros enteros com o modelo original que será enviado á imprensa, e pode ser usado nas ferramentas de plataforma de leitura que lhe permitem copiar e imprimir, anotar, destacar-se, sublinhar ou excluir texto, escrever à mão livre, desenhar formas como círculos, retângulos e linhas, lendo duas páginas ou aumentar o tamanho da fonte

II. O acesso a outros dois bancos de dados

Tirant Derechos Humanos.

TDDHH

O acesso a toda a legislação e direito espanhol, incluindo o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e do Tribunal de Justiça da União Europeia

III. Personalização

Seu espaço privado dentro do banco de dados: Permite criar um perfil de usuário com a seleção do país de preferência e salvar: documentos, índices, pesquisas e seus alertas.

IV. Notícia

Boletim de atualidade jurídico semanal ao que os usuários podem se inscrever e definir as suas preferências por país e por tipo de documento.

V. Conversor de moeda

Câmbio monetário mundial de acordo com o FMI eo BCE

VI. Tirant TV

Canal de actualidade jurídica.

5. RESULTADOS

Os resultados são agrupados por país e tipo de documento

Selecionando o país, ativa-se um sistema de filtros próprios que permite limitar as buscas

Cada país e cada documento tem o seu próprio sistema de filtros, é essencial que si ative o país para acessar os filtros.

Ativando o país também ativa-se a posidade de pesquisar por intervalo de data

Podemos classificar os resultados por relevanca ou por data ascendente ou descendente, podemos imprimir os resultados e salvá-los na área de personalização, bem como baixar o documento no computador perssoal.

6. DOCUMENTOS

Os Documentos LATAM são interativos, estão ligados entre si através do sistema de links e através de funções especiais como a documentação relacionada , sistemas de citação e classificação. Todas estas funções são encontradas na margem esquerda e pode expandir ou contrair a tela dependendo do uso.

The screenshot shows the LATAM legal database interface. At the top, there is a search bar with the text 'documento TMX249.924'. Below the search bar, there are several icons for document actions: 'LEITURA', 'IMPRIMIR', 'MEUS DOCUMENTOS', 'ENVIAR', 'PALABRA (WORD)', and 'PDF'. The main content area displays the document's metadata, including the title, marginal, type of sentence, era, instance, bulletin, location, IUS, and voices. The text of the document is displayed below the metadata.

ir a PSEUDOEFEDRINA Y EFEDRINA. EL ACUERDO POR EL QUE SE ESTABLECEN MEDIDAS DE PROTECCIÓN EN MATERIA DE SALUD HUMANA PARA PREVENIR SU USO Y CONSUMO, FUE EMITIDO CONFORME A LAS FACULTADES CONSTITUCIONALES Y LEGALES CONFERIDAS AL CONSEJO DE SALUBRIDAD GENERAL. Tesis aislada - Novena época] (TMX219.093)

Documentação relacionada-

jurisprudência

doutrina

legislação

documentos citados +

Documentos que me citam +

documentos similares +

Outros usuários consultados +

Clasificación

SANIDAD ANIMAL. LA GARANTÍA DE AUDIENCIA CONTEMPLADA EN EL ARTÍCULO 58 DE LA LEY FEDERAL RELATIVA, QUEDA SALVAGUARDADA CON LA APLICACIÓN SUPLETORIA DE LOS ARTÍCULOS 12 A 61 DE LA LEY FEDERAL DE PROCEDIMIENTO ADMINISTRATIVO, AUN CUANDO TODAVÍA NO SE EMITA EL REGLAMENTO DE AQUELLA LEY. Tesis aislada - Novena época] (TMX132.670)

DIRECTOR DE CONTROL Y EVALUACIÓN DE GOBIERNO, JUSTICIA Y COMUNICACIONES, DEPENDIENTE DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE CONTROL Y

Título: CONSEJO DE SALUBRIDAD GENERAL. EL ARTÍCULO 3 DE SU REGLAMENTO INTERIOR NO ES VIOLATORIO DEL ARTÍCULO FRACCIÓN XVI, BASE 1a DE LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS.
Marginal: VI.1o A.183 A
Tipo sentencia: Tesis Aislada
Época: Novena Época
Instancia: Primer Tribunal Colegiado en materia administrativa del sexto circuito - Sexto circuito (Puebla)
Boletín: Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta
Localización: Tomo XXII, Septiembre de 2005
IUS: 177340
Voces: Amparo en revision, Reglamentos

TEXTO:

Si bien la base 1a de la fracción XVI del artículo 73 constitucional establece que el Consejo de Salubridad General depende del presidente de la República, sin intervención de ninguna secretaría de Estado, ello no significa que tuviera que ser totalmente ajeno a funcionarios del ramo de adscritos a alguna secretaría de Estado, sino que al señalar la mencionada base 1a que el consejo dependerá del titular del Ejecutivo Federal entenderse, de acuerdo con la exposición de motivos formulada por los diputados al Congreso Constituyente de 1917 y el significado de la palabra depender, que está subordinado únicamente al mismo, y no a ninguna secretaría de Estado, pero no que en él no puedan participar funcionarios adscritos a alguna de éstas; y el hecho de que el artículo 3 del Reglamento Interior del Consejo de Salubridad General establezca que el presidente del mencionado consejo sea el secretario de Salud, no significa que dependa o que esté subordinado a la secretaría respectiva, sino que lo único que sucede es que tanto la titularidad de dicha secretaría como la del citado consejo recaen en una misma persona, con lo cual no se transgrede el artículo 73, fracción XVI, base 1a constitucional, pues éste no establece prohibición alguna para que sea algún funcionario, incluso titular de una secretaría de Estado, el que presida, con total independencia del órgano al que pertenezca, el mencionado consejo; sino que no exista subordinación de éste a ninguna secretaría de Estado, como en una época la había respecto de la Secretaría de Gobernación, la que a su vez consultaba al presidente de la República para que autorizara el dictado de las medidas urgentes en las materias que describe el propio precepto constitucional que retrasaba la efectividad de las mismas en perjuicio de los habitantes del país, razón por la cual el Constituyente estableció que el referido consejo dependiera directamente del titular del Ejecutivo Federal sin intervención de ninguna secretaría, a fin de evitar la dilación aludida y alcanzar la

Documentos

Temos acesso a documentos pressionando diretamente no título ou no número de referência TOL através de qualquer motor de busca.

Na cabeça aparece uma barra de utilidade comum para todos os tipos de documentos:

No lado esquerdo aparece: ver o documento no modo de leitura, impressão, salvar em meus documentos no espaço de personalização, mandar um e-mail, baixar em Word ou PDF e ampliar e diminuir o tamanho da fonte.

Na margem direita do número de referência do documento ou número TOL e a possibilidade de expandir ou diminuir a tela.

LATAM oferece a possibilidade de pesquisar dentro dos documentos solicitados e colorir a expressão pesquisada, com opção de mobilidade entre estas expressões

7. PERSONALIZAÇÃO

Sua área privada dentro do banco de dados. Para aceder a esta área você deve registrar-se

Siga o modelo

Usuário: correo@electronico

Senha: 6 caracteres alfanumérico

Em personalização, você pode:

- Receber notícias semanal
- Personalize a sua HOME a LATAM preferencialmente seleccionado seu país
- salvar documentos
- Salvar pesquisas
- Salvar e editar formularios
- Criar alertas para suas pesquisas

Para entrar só precisa se registrar como usuário através de uma personalização, preenchendo um pequeno formulário onde você deve fornecer um endereço de e-mail e senha que você deseja usar (a senha deve conter pelo menos 6 caracteres alfanuméricos). Um e-mail será enviado para confirmar que seus dados estão corretos.

Se você esquecer sua senha, poderá recuperá-la novamente com facilidade, o sistema só irá pedir o seu e-mail de personalização

8. ATENÇÃO AO CLIENTE

Serviço de atenção ao cliente que se resolve mediante telefone, Fax ou correio eletrônico.

Nossos contatos são:

Tirant Lo Blanch Libros
Artes gráficas 14, Bajo dcha.
Tel. +34 902 121 255
Fax. +34 96 369 66 75
46010-Valencia
España
atencion.latam@tirantonline.com

Fornecemos serviço exclusivo "**o que procuramos**" para localizar documentos, internos e externos para o DB, via e-mail ou por telefone, para dar satisfação plena ao usuário em caso de que pequise a documentação específica

Tirant lo blanch

40 anos de experiência em edição e
15 anos de experiência em banco de dados apoiar-nos